

Eleições na Petros

Chapas 12 e 24 cobram dívidas da Petrobrás com a PETROS e seus Participantes

A Petrobrás deve ao Plano PETROS do Sistema Petrobrás – o PETROS BD – cerca de 10 bilhões de reais. Isto é o que afirma o laudo técnico judicial do processo da 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro, promovido pelos sindicatos que cobra as dívidas das Patrocinadoras para com o Plano Petros BD.

Para livrar-se da metade desta dívida, a direção da Petrobrás ofereceu aos participantes do fundo previdenciário – em comum acordo com a Federação Única dos Petroleiros, a FUP, e a própria direção da Petros - um acordo rebaixado, denominado Acordo de Obrigações Recíprocas, AOR. Neste AOR, a FUP concorda em que a Petrobrás pague suas dívidas com a PETROS daqui há 20 anos, em valores corrigidos atuarialmente, o que prejudica enormemente a cobrança dos valores financeiros devidos pela Petrobrás.

A FUP concordou em troca ceder os direitos históricos dos participantes com uma série de medidas. Tais medidas – chamadas de Repactuação do Plano PETROS BD – têm o efeito de aumentar progressivamente a diferença entre a remuneração de trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas, com evidente

prejuízo para os dois últimos segmentos. Segundo laudo pericial contratado pela AEPET, até 2007 aposentados e pensionistas que aderiram a essas propostas já recebiam benefícios com perdas de 23,76%. Esta perda ultrapassou a marca de 37% em 2012, com os reajustes praticados desde 2007 através da chamada RMNR – Remuneração Mínima por Nível e Regime. E a tendência é aumentar ainda mais a cada ano, enquanto o artigo 41 for desrespeitado.

A candidatura para os conselhos deliberativo e fiscal das chapas 12 e 24 é expressão da resistência e luta dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas da Petrobrás na defesa dos seus interesses previdenciários. Parte desta luta é a cobrança das dívidas da Petrobrás, bem como a correta aplicação do artigo 41 do Regulamento, que corrige os benefícios dos assistidos da PETROS pelo reajuste da ativa.

Segundo Ronaldo Tedesco, candidato ao Conselho Fiscal pela CHAPA 24, hoje os compromissos da PETROS estão totalmente cobertos pelo patrimônio de seus planos de benefícios: “A Petros é o segundo maior fundo de pensão do

país: administra mais de R\$ 65 bilhões em recursos e conta com mais de 155 mil participantes. Seus números grandiosos provam que a Entidade é plenamente capaz de garantir o pagamento dos benefícios de todos seus participantes e assistidos. Não há justificativa para que a Petrobrás fuja dos seus compromissos históricos e abandone seus atuais e antigos trabalhadores”.

Para que isso seja possível é necessário que os investimentos sejam guiados apenas por motivações técnicas, que otimizem sua rentabilidade e permaneçam fora de conveniências políticas, como defende o candidato da Chapa 12, ao Conselho Deliberativo, Silvio Sinedino, “Precisamos evitar investimentos duvidosos e lutar pela independência do fundo na sua relação com a patrocinadora”, argumentou.

A maior preocupação das duas chapas é a defesa de direitos adquiridos pelos trabalhadores da Petrobras. Segundo Sinedino, essa é uma bandeira histórica de todos os seus integrantes. “Além do preparo técnico, temos tradição na defesa dos trabalhadores, não só no fundo de pensão, como na vida sindical”, afirmou.

Como votar

Para votar pela internet, basta acessar o Portal da Petros - www.petros.org.br - e na área do participante, informe o número da matrícula, CPF e senha Petros. Os trabalhadores da ativa podem votar pela intranet/ Petronet, com sua chave e senha corporativas, e acessar o banner da eleição Petros na Área do Participante, indo direto para o processo de votação. Pelo telefone, é preciso ligar para o número 0800 283 1676, com a senha que encontra-se no kit votação, enviado a todos os eleitores. É possível efetuar a ligação de telefone fixo, público ou celular, sem nenhum custo. No caso do não recebimento ou perda de senha, é possível solicitá-la através do número 0800 025 35 45. Em todos os casos, o voto correto você já sabe: é CHAPA 12 e 24 na Petros.

Eleicoes na Petros - Vote nas chapas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal:

Para o Conselho Deliberativo

VOTE 12

Para o Conselho Fiscal

VOTE 24

Editorial:

O Petróleo tem que ser Nosso!

Pág. 02

Reunião dos Associados da AEPET e Participantes da PETROS

Pág.02

Movimentos sociais protestam contra a privatização do petróleo

Pág. 03

“O Leilão do Petróleo é o maior ato entreguista da história do país”, afirma Presidente Nacional do PSOL

Pág. 04

O fechamento deste AEPET Notícias de Maio de 2013 se dá na véspera da 11ª Rodada de Licitações para Exploração de Petróleo da Agência Nacional do Petróleo (ANP), promovida pelo Governo Dilma. Esta nova rodada não é mais nem menos que as rodadas anteriores: é a entrega do patrimônio do povo brasileiro, de nossas riquezas minerais, nosso petróleo e nosso gás, para satisfazer a usura dos capitalistas do petróleo.

A defesa que fazemos do monopólio estatal do petróleo e do gás brasileiros exercido pela Petrobrás 100% estatal e controlada pelo povo brasileiro é uma proposta de caráter econômico diante dos severos desafios que temos que superar. Os países árabes – que detêm as maiores reservas de óleo e gás em todo o mundo – não abrem mão do monopólio como método de controle de suas riquezas. Os países que não possuem esta riqueza fazem questão de que o controle estatal não seja

adotado. Nem por eles, mas principalmente pelos que detêm petróleo e gás, como o Brasil.

FHC realizou quatro leilões. Lula, outros seis. O oitavo leilão - terceiro realizado pelo Governo Lula - foi suspenso por uma medida judicial promovida pela AEPET e o saudoso advogado nacionalista Luiz Antonio Castagna Maia. A Petrobrás estaria impedida de participar daquele leilão pelo edital de convocação do mesmo.

Desta feita, a Petrobrás está incapacitada de participar do leilão em função de sua descapitalização, provocada pela composição de preço dos derivados de petróleo praticada pelo Governo Dilma. Assim o Governo Dilma conseguiu, na prática, afastar a Petrobrás deste leilão desnecessário aos brasileiros.

A ANP prevê arrecadar entre R\$ 1 e R\$ 2 bilhões em bônus de assinatura (lance no leilão). Considerando o preço do barril de petróleo em

R\$ 200, em média, com a entrega de 30 bilhões de barris a serem leiloados, chegamos a R\$ 6 trilhões. Esse recurso é mais que um PIB brasileiro e resolveria, com folga, por exemplo, o problema habitacional do país.

A AEPET está em conjunto com outras entidades na **Campanha O Petróleo Tem Que Ser Nosso** implementando ações jurídicas e políticas para impedir este crime de lesa-pátria. São nossos aliados nesta luta: SINDIPETRO-RJ, Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Federação Única dos Petroleiros (FUP), CUT, MST, UBES, UEES, UJS, UJR, ANEL, Coletivo Levante Popular, AMES-Rio, AERJ, FENET, UEDC, UMES-Capital, UMES-SJM, Clube de Engenharia, CSP-CONLUTAS, Intersindical, Sintnaval, MTD, Sintrasef, FIST, PSOL, PSTU, PCR, MLC, MLB, MUCA, SNA, SEPE-RJ, Sindiscope, CCM, Famerj e Associação Estadual dos Quilombos.

PLENÁRIA DO JURÍDICO DA AEPET

No dia 16 de Abril de 2013 foi realizada a reunião dos Associados da AEPET e participantes da Petros na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no centro do Rio de Janeiro. O encontro contou com a participação dos Advogados César Vergara, da AEPET e do membro do Escritório Silva Netto, Jorge Safe, dos Conselheiros Eleitos da Petros, Paulo Brandão e Ronaldo Tedesco, do Presidente da AEPET, Silvio Sinedino, da Presidente da APAPE, Naelma Dias de Sá e do representante da ASTAPE/BA e Conselheiro Fiscal Eleito, Epaminondas Mendes.

O advogado da AEPET, César Vergara explicou a diferença a diferença entre os processos que serão julgados pela justiça trabalhista e a justiça comum, conforme decisão do STF. As custas judiciais correm por conta de quem entrou com a ação na justiça comum e na justiça trabalhista tinham os custos isentos. Vergara disse ainda que pode ser obtida a gratuidade das custas dos processos em vários cenários que podem ser requeridos pelos clientes e, muitas vezes a justiça concede este direito. Sobre a aplicação da Lei do Consumidor nos contratos entre os participantes dos Fundos de Pensão e as entidades patrocinadoras, no caso da Petrobrás, o Plano Petros está sendo aceito pelo Poder Judiciário.

O Código de Defesa do consumidor prevê nos contratos entre os participantes dos Planos Privados de Previdência Complementar que quem tem que provar os cálculos dos benefícios pagos são os fundos de pensão.

Nas ações movidas coletivamente pela AEPET no Grupo Pós-82 quem entrou com ação individualmente não arcará com os custos em caso de perda do processo, ficando o ônus da ação por conta da entidade.

Sobre a Separação de Massas, César Vergara, afirmou que a divisão do patrimônio em fundos de pensão é inconstitucional e ilegal. As reuniões que deliberaram sobre a separação de massas são nulas e portanto não tem validade legal. Antecipadamente o participante pode também entrar com uma ação para garantir os seus recursos contra a perda de seu patrimônio e evitar que os gestores do fundo dilapidem os ativos e os que recebem os seus vencimentos fiquem sem de onde receber no futuro.

Outro assunto tratado por César Vergara foi a questão do Grupo 78/79 da Petrobrás que era uma ação impossível na Justiça do Trabalho, mas que agora volta à tona com competência da esfera comum de julgamento, uma vez que até o momento não houve decisões em nenhuma instância judicial sobre esta questão do Grupo 78/79 que atualmente interessa a, pelo menos, 20 mil pessoas.

O advogado Jorge Safe, do Escritório Silva Netto, falou sobre várias questões, entre elas a passagem dos processos para serem julgados na justiça estadual. Segundo ele, os julgamentos na esfera estadual são mais rápidos, demorando no máximo dois anos enquanto no âmbito

federal levam o dobro de tempo para terem proferidas as suas sentenças. Ao responder sobre uma pergunta do público, Jorge Safe falou da questão do ônus de sucumbência que são as custas processuais e judiciais em caso de perda da causa. Na maioria das vezes o juiz determina entre 10% a 20% do valor do processo em disputa; no caso, se o valor fosse de R\$ 42 mil, as custas judiciais chegariam a cerca de R\$ 4200 e se a ação fosse coletiva com 10 pessoas cada uma, teriam que ser pagos R\$ 420 individualmente. Sobre uma pergunta a respeito do Artigo 41 do Estatuto da Petrobrás, Jorge Safe falou que este item já está consagrado como direito dos participantes do Plano de Pensão, mas que o Poder Judiciário é sujeito a interpretações dos juizes e em cada decisão podem haver diferenças nas sentenças, não havendo um ponto final nesta questão.

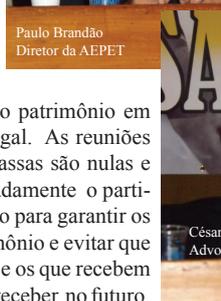
Paulo Brandão, falou sobre uma ação que está começando a ser apresentada pela APAPE e AEPET-BR para o Grupo Pós-82. Esta ação contemplará também os empregados que não possuem curso superior.

Foi abordado o fim do Convênio INSS/PETROBRÁS, que criou uma série de problemas para funcionários da ativa, aposentados e pensionistas da Petrobrás. Ronaldo Tedesco, Conselheiro Eleito da Petros, falou que há mais de um ano e meio o Diretor de RH da Petrobrás, Diego Hernandez, sabia deste problema, mas que não tomou as devidas providências para a sua solução. Os Conselheiros Eleitos da Petros se posicionaram durante as reuniões do fundo de pensão para cobrar uma providência contra o fim do convênio entre o INSS/Petrobrás, que ameaçou deixar milhares de aposentados e pensionistas sem receber os seus vencimentos.

Epaminondas Mendes falou da sua preocupação com as pessoas que não são assistidas pela PETROS e que ficariam impedidas de receber o seu salário como milhares de aposentados e pensionistas da Petrobrás. A questão de uma dívida da Petrobrás com o INSS foi a causa do rompimento do convênio que foi sendo prorrogado pelo INSS que cobrava uma dívida de R\$ 2 milhões da estatal que foi empurrada com barriga pelos dirigentes da empresa.

Um Convênio INSS/Petros foi firmado entre as partes, mas é necessário, segundo os presentes à reunião, que aconteçam pressões por parte dos trabalhadores e das suas entidades sindicais e de classe, a fim de que ele seja mantido e aperfeiçoado para atender os participantes da Petros.

No final do encontro foram sorteados 20 ingressos entre os presentes para o filme do Diretor Camilo Tavares, "O Dia Que durou 21 anos" que conta história do Golpe Militar de 1964 no Brasil e a participação dos EUA na conspiração e na organização do episódio histórico que marcou a vida de todos os brasileiros durante a Ditadura Militar.



*** Permissão a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte. *** Tiragem: 5.200 mil exemplares. *** aepet@aepet.org.br ***

Manifestação reúne 600 pessoas contra 11ª rodada de leilões, ações populares tentam barrar privatização do petróleo na justiça

Embalados por palavras de ordem como “Leilão, leilão é privatização! O petróleo é nosso e não abrimos mão!”, cerca de 600 manifestantes de diversos movimentos sociais, se reuniram, dia 14 de maio, num ato para barrar a 11ª rodada de leilões do petróleo. Ao mesmo tempo em que os militantes alertavam à população sobre a entrega por parte do Governo Dilma de possíveis reservas, a ANP licitava, por cerca de três bilhões de reais, blocos de petróleo que devem gerar um lucro nas próximas décadas de cerca de seis trilhões de reais para as empresas vencedoras.

A AEPET, em conjunto com outras entidades interessadas na questão, entrou com ações populares que podem anular o resultado dos leilões.

Representando a AEPET na manifestação, Fernando Siqueira avisou que o Brasil abre mão de quase 100% das riquezas provenientes do petróleo com a privatização, além de perder a chance de não depender mais de importações deste mineral estratégico: “Não tem sentido fazer o leilão porque todo o petróleo que já foi descoberto nos dá autossuficiência pelos próximos 50 anos. Além disso, pela lei aprovada no governo Fernando Henrique, que rege esse leilão de hoje, 100% do petróleo fica com as operadoras, que devolvem apenas 10% dos recursos, na forma de royalties”, revelou.

O diretor de pessoal da AEPET e membro da direção do Sindipetro-RJ, Francisco Soriano, também esteve no ato e advertiu a todos que a entrega das reservas petrolíferas nacionais é um crime contra o povo brasileiro. “A Petrobrás sozinha produz dois milhões de barris por dia e essas multinacionais não passam de 150 mil. E mesmo assim insistem em fazer todos esses leilões para entregar nossas riquezas para empresas privadas”, afirmou.

Foram oferecidos blocos na porção central e leste da margem equatorial do Brasil e também em áreas maduras, em que já houve ou existem hoje atividades de exploração



Siqueira se juntou a ações populares no Rio e em SP para barrar os leilões

de óleo e gás, como as Bacias de Sergipe-Alagoas, Recôncavo e a parte terrestre da Bacia do Espírito Santo. A Bacia do Parnaíba é considerada nova fronteira petrolífera e fica na região Nordeste. Tem área aproximada de 680 mil km² e se estende aos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins, além de trechos de Pará, Ceará e Bahia. A Parnaíba oferece condições para a produção de gás natural.

Organizações da sociedade civil e ambientalistas divulgaram um manifesto em que relatam que os blocos foram demarcados em 76 assentamentos do INCRA (Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária), muito próximos a terras indígenas e de áreas de preservação ambiental. Para as 17 entidades que subscrevem o documento, o leilão do petróleo fere direitos humanos e ambientais: “a perspectiva de exploração desses blocos, aliada às refinarias, dutos, portos e instalações existentes ou planejadas, agrava os impactos socioambientais, fundiários e aos modos de vida das populações locais, especialmente pescadores tradicionais, provocados por complexos industriais portuários como os de Itaquí (MA), Suape (PE), COMPERJ (RJ) e Pecém (CE).”, diz trecho do documento.

Além de prejuízos humanos e ambientais, o prejuízo econômico para o país fica ainda maior quando, devido ao estrangulamento financeiro a que foi submetida, constata-se que a Petrobrás não teve condições de operar em nenhum dos campos licitados. A companhia ficou apenas como participante minoritária em algumas áreas. “Nós entramos com duas ações populares, uma no Rio, outra em São Paulo porque sabíamos que com o estrangulamento financeiro, a Petrobrás não teria condições de operar nenhum dos blocos licitados. E isso de fato aconteceu. A empresa conseguiu apenas participações minoritárias de, no máximo, 30% em alguns blocos”, lamentou Siqueira.

As ações foram ajuizadas no Rio por Fernando Siqueira e o presidente estadual do Partido Pátria Livre, Irapuan Ramos dos Santos. Em São Paulo entraram com a ação além de Siqueira, o presidente da AEPET Silvío Sinedino, o presidente nacional do PSOL Ivan Valente e o presidente do PPL em São Paulo Sérgio Rubens De Araújo Torres.



600 manifestantes - de diversos movimentos sociais - se mobilizaram contra os leilões do petróleo no dia 14 de maio

‘O Leilão do Petróleo é o maior Ato Entreguista da História do País’

O deputado federal do PSOL, Ivan Valente, destacou que 90% da produção do petróleo no país pode acabar nas mãos de multinacionais.

A realização da 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, organizada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), e que está prevista para os dias 14 e 15 de maio de 2013, poderá se configurar no maior ato entreguista da história recente do país. Este novo leilão representa, a um só tempo, uma grave ameaça à soberania energética do país e uma dilapidação das riquezas nacionais, por meio da entrega ao capital privado nacional e multinacional de uma enorme quantidade das reservas nacionais de petróleo.

Se esse passo for dado, estaremos assistindo ao aprofundamento da desnacionalização do petróleo brasileiro, com a entrega para as mãos privadas, inclusive para o capital externo, de parte expressiva desta que é uma riqueza estratégica para o desenvolvimento nacional.

Os números que envolvem esta 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios são alarmantes e já renderam inúmeras denúncias por parte das entidades representativas dos trabalhadores petrolíferos em todo o Brasil. O que tem contrastado com o silêncio cúmplice do governo brasileiro, da diretoria da Petrobrás e da ANP, que são os verdadeiros promotores desta nova rodada entreguista e antinacional.

Eis aqui alguns dados, publicados pela FUP – Federação Única dos Petroleiros, Sindipetro-RJ e outras entidades, sobre esta 11ª Rodada de Licitações do petróleo:

- A ANP leiloará 289 blocos exploratórios, em todo o Brasil, sendo 123 em terra e 166 no mar. As áreas escolhidas estão distribuídas em 11 bacias sedimentares (localizadas nas regiões Norte e Nordeste, além do Estado do Espírito Santo), abrangendo as cidades de Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano;

- Em nove rodadas de licitações (a oitava foi cancelada), realizadas desde 1999, a ANP privatizou cerca de 280 blocos, beneficiando 75 empresas privadas. Metade delas é constituída por multinacionais que atuam no Brasil,

terceirizando a exploração e produção de petróleo, tornando mais precárias as condições de trabalho e expondo trabalhadores, comunidades e o meio ambiente a riscos constantes. Até o encerramento do prazo de inscrição para a 11ª Rodada, em 26/03, mais de 60 empresas, egressas de 15 países, haviam apresentado a documentação exigida.



Ivan Valente

Em pronunciamento pouco antes da 11ª Rodada de Licitações Valente condenou os Leilões do Petróleo

- Segundo estimativas da superintendente da ANP, Eliane Petersohn, acredita-se que os 289 blocos ofertados possam conter “um volume de 30 bilhões de barris de óleo *in situ* (volume de óleo ou gás em uma determinada região, cuja extração depende de fatores de recuperação e que não pode ser entendido como reserva) nas bacias da Margem Equatorial, além de cinco bilhões na Bacia do Espírito Santo e 1,7 bilhão nas bacias maduras”. Como a média mundial de recuperação de óleo *in situ* varia entre 20 e 25%, o volume recuperável contido nos blocos seria de, pelo menos, 7 bilhões de barris. O equivalente a metade das reservas brasileiras reconhecidas, que, atualmente, somam 14 bilhões de barris.

- Por outro lado, para terem o direito de explorar o petróleo da União, considerando a

hipótese otimista de um ágio de 500% sobre os lances mínimos de cada um dos 289 blocos integrantes da 11ª Rodada de Licitações, a arrecadação obtida pela ANP com os bônus pagos pelas empresas participantes do leilão poderia chegar a um máximo de R\$ 3,7 bilhões. Os recursos que entram por meio dos leilões pouco representarão na contabilidade da Petrobrás. Por isso o que a ANP está fazendo, na prática, é vender um bilhete premiado para a livre exploração da iniciativa privada;

Enquanto isso, o “negócio” é motivo de comemoração para a Diretora-Geral da ANP, Magda Chambriard, que durante Seminário realizado no dia 18 de março, em Copacabana, no Rio, declarou que “a rodada vai oferecer excelentes oportunidades para empresas de origem nacional e estrangeira, de todos os portes, interessadas em atuar no Brasil”. Ora, como não poderia representar uma excelente oportunidade? Essa é uma marca do Governo Dilma: grandes negócios para grandes empresários, um jogo de acomodação de interesses privados com o patrimônio do país que atinge portos, aeroportos, estradas e até a saúde pública.

Enquanto os governadores e o Congresso Nacional discutem a divisão dos royalties do petróleo, que representam, na melhor das hipóteses, 10% da produção da indústria de petróleo no país, os outros 90% estão sujeitos a serem entregues de mãos beijadas para o capital multinacional. Como diria Marx, “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo sobre o cérebro dos vivos.” Não se esperava que o privatismo dos anos 90 fosse agora voltar, mas vemos que a era FHC espreita Dilma com muito orgulho.



Eleições na Petros - Vote nas chapas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal:

Para o Conselho Deliberativo

VOTE 12

Para o Conselho Fiscal

VOTE 24